

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA E PROPOSTA DE ANÁLISE SOBRE PEQUENAS CIDADES, CIDADES LOCAIS, PEQUENAS LOCALIDADES, ESPAÇO MIKRIPOLITANO

<https://doi.org/10.4215/rm2024.e23022>

Casari, C.C. ^{a*}

(a) Doutor em Geografia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9139-3919>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3211775870553998>.

Article history:

Received 15 July, 2024

Accepted 24 September, 2024

Published 10 October, 2024

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNESPAR. Avenida Gabriel Esperidião, S.N. Parque Morumbi, CEP 87703-000, Paranavaí (PR), Brazil. Tel (+5544) 31414303

E-mail: carlos.casari@unespar.edu.br

Resumo

Este trabalho visa analisar a terminologia mais adequada para "pequenas cidades", "cidades locais", "pequenas localidades" ou "espaço mikripolitano", buscando estabelecer parâmetros de definição. Para tanto, um dos procedimentos metodológicos foi um resgate teórico sobre o tema, com destaque para autores clássicos da Geografia Brasileira como: Pierre Monbeig; Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Tania Maria Fresca, Angela Maria Endlich etc. o estudo destaca a carência de investigações sobre esses espaços geográficos. Monbeig (1957) argumenta que pequenas cidades merecem estudo por sua complexidade única. Santos (2008) também menciona a falta de estudos sobre essas cidades, ressaltando seu interesse comparável às grandes cidades em países em desenvolvimento. Em "Espaço e Método", Santos (2008b [1985]) discute a complexidade crescente à medida que se reduz a escala de estudo. Endlich (2017) observa um aumento na produção acadêmica sobre pequenas localidades, embora ainda insuficiente. Dados do Censo Demográfico 2022 mostram que 88,01% dos municípios brasileiros têm menos de 50 mil habitantes, refletindo a importância desse tema. O trabalho também propõe analisar a rede e região geográfica intermediária de Cascavel no Paraná como exemplo.

Palavras-chave: Pequenas Cidades; Cidades Locais; Pequenas Localidades; Espaço Mikripolitano; Regiões Geográficas

Abstract / Resumen

THEORETICAL-METHODOLOGICAL PERSPECTIVE AND ANALYSIS PROPOSAL ON SMALL CITIES, LOCAL CITIES, SMALL LOCALITIES, MIKRIPOLITAN SPACE

This study aims to analyze and define the appropriate terminology for "small cities," "local cities," "small localities," or "mikripolitan space". To achieve this, one of the methodological procedures was a comprehensive literature review regarding the subject, highlighting key authors of Brazilian geography, such as Pierre Monbeig, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Tania Maria Fresca, and Angela Maria Endlich. The study underscores the lack of available research on these geographical spaces. Monbeig (1957) argued that small cities warrant investigation due to their unique complexity. Santos (2008) also acknowledged the paucity of studies on these cities, accentuating their significance as entities comparable to large cities in developing countries. In *Espaço e Método* [Space and Method], Santos (2008b [1985]) expounded on how complexity increases as the scale of study diminishes. While Endlich (2017) reported an increase in academic production on small localities, she nonetheless observed that it remains insufficient. Data from the 2022 Demographic Census demonstrated that in 88.01% of Brazilian municipalities the population is less than 50,000, thus reflecting the importance of this topic. In order to exemplify, the study also proposes to analyze the network and the intermediate geographic region of Cascavel in the state of Paraná.

Keywords: Small Cities; Local Cities; Small Localities; Mikripolitan Space; Geographic Region.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA Y PROPUESTA DE ANÁLISIS SOBRE CIUDADES PEQUEÑAS, CIUDADES LOCALES, PEQUEÑAS LOCALIDADES, ESPACIO MIKRIPOLITANO

Este trabajo tiene como objetivo analizar la terminología más adecuada para "ciudades pequeñas", "ciudades locales", "localidades pequeñas" o "espacio mikripolitano", buscando establecer parámetros de definición. Para ello, uno de los procedimientos metodológicos fue una revisión teórica del tema, con énfasis en autores clásicos de la Geografía brasileña como: Pierre Monbeig; Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Tania Maria Fresca, Angela Maria Endlich, etc. El estudio destaca la falta de investigaciones sobre estos espacios geográficos. Monbeig (1957) sostiene que las ciudades pequeñas merecen estudio por su complejidad única. Santos (2008) también menciona la falta de estudios sobre estas ciudades, destacando su interés comparable al de las grandes ciudades de los países en desarrollo. En "Espacio y método", Santos (2008b [1985]) analiza la creciente complejidad a medida que se reduce la escala del estudio. Endlich (2017) observa un aumento de la producción académica en localidades pequeñas, aunque aún insuficiente. Datos del Censo Demográfico de 2022 muestran que el 88,01% de los municipios brasileños tienen menos de 50 mil habitantes, lo que refleja la importancia de este tema. El trabajo también propone analizar como ejemplo la red y región geográfica intermedia de Cascavel en Paraná.

Palabras-clave: Pequeñas Ciudades; Ciudades Locales; Pequeñas Localidades; Espacio Mikripolitano; Región Geográfica

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a questão da terminologia adequada a ser utilizada na contemporaneidade “pequenas cidades”, “cidades locais”, “pequenas localidades” ou ainda em determinados casos “espaço mikropolitano” como um desafio de estabelecer parâmetros para sua definição. Para tanto, utilizaremos as pesquisas de alguns autores renomados da Geografia Urbana brasileira, com destaque para Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa. Proposta esta que se justifica, principalmente, devido à relativa ausência de pesquisas enfocando esses espaços geográficos, sobretudo quando se compara com as demais temáticas geográficas urbanas e, aqueles poucos trabalhos que abordam a temática em pauta, excetuando-se a terminologia espaço mikropolitano, normalmente adotam qualquer uma das três terminologias mencionadas, sem distinguir uma da outra.

Além disso, porque segundo Monbeig (1957, p.36) as cidades pequenas merecem ser estudadas, pois, são tão interessantes “[...] quanto as colméias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida do que analisar as engrenagens bem lubrificadas, correndo a toda velocidade, das metrópoles imponentes. [...]”. Portanto, a justificativa vai ao encontro da necessidade de dar visibilidade as pequenas cidades.

Do mesmo modo Santos (2008) menciona esta relativa ausência de estudos sobre as cidades aqui abordadas e a preferência pelo estudo das cidades grandes em países subdesenvolvidos ou se preferir países em desenvolvimento. “[...] Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto [as cidades grandes] [...]” (SANTOS, 2008, p. 85).

Milton Santos (2008b [1985]), destaca a complexidade do estudo do “mais pequeno”. Assim, quanto maior a escala de estudo, mais simples de serem examinados, por outro lado, “[...] tanto mais complexa e capaz de subdivisões quando mais reduzida é a escala. Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno” (SANTOS, 2008b [1985] p.13).

Ainda que a produção acadêmica das pequenas localidades esteja aquém da necessária, tem aparecido contribuições diversas aprofundando o estudo de suas realidades (ENDLICH, 2017). Neste sentido, “a pauta acadêmica tem contemplado cada vez mais o tema das pequenas cidades, ainda que, proporcionalmente, muito menos do que o necessário para dar conta da complexidade do grande conjunto que elas representam [...]” (ENDLICH, 2021, p. 103). Conforme dados do Censo Demográfico 2022, o Brasil contava com 5.570 municípios no total, destes 4.902 municípios possuíam população residente menor que 50 mil habitantes, o que representa 88,01% dos municípios brasileiros. A região Sul do país, totaliza 1191 municípios, destes 1078 municípios possuíam população menor que 50 mil habitantes, ou seja, 90,51% do total (IBGE, 2022).

Um objetivo secundário procura apresentar uma proposta de análise sobre rede e região geográfica intermediária e a inserção de suas cidades locais e/ou pequenas e pequenas localidades, como exemplo, apresenta-se o caso da região geográfica intermediária de Cascavel no Paraná.

O artigo se divide em cinco partes. Além dessa introdução, soma-se a discussão sobre as terminologias utilizadas da temática analisada, na sequência apresenta-se uma proposta de estudo sobre a inserção das cidades locais/pequenas cidades da rede e região geográfica intermediária de Cascavel. Finalizando-se o debate com as considerações e as respectivas referências.

Vale destacar que, esse texto nasce para fomentar o debate com as publicações que se debruçaram sobre a análise do tema em questão. Para tanto, um dos procedimentos metodológicos foi um resgate teórico sobre o tema, com destaque para autores clássicos da Geografia Brasileira como: Monbeig (1957); Santos (1982; 1988; 1993; 2008; 2008b); Corrêa (1989; 1997; 1999; 2006; 2011); Fresca (1990; 2000; 2001; 2009; 2010); Soares (2007); Endlich (2006; 2017; 2021), etc.

PEQUENAS PEQUENAS CIDADES, CIDADES E LOCAIS, ESPAÇO MIKRIPOLITANO: UMA DISCUSSÃO

As principais distinções entre as noções de pequena cidade e cidade local se referenciam no sentido de que a cidade pequena (média, grande) é aludida por alguns pesquisadores como sinônimos de tamanho demográfico e territorial, portanto, possui um viés quantitativo e, por outro lado, a cidade local (regional, nacional, global) é voltada aos seus papéis, suas funções e respectivos alcances espaciais no âmbito da rede urbana, logo, possui um viés qualitativo.

A terminologia “pequenas localidades” vem sendo utilizada como sinônimo de cidades locais. É o que aponta alguns trabalhos de Endlich (2021; 2017; 2006). Neste sentido, Endlich (2017) enfatiza “[...] que cidades locais seja o conceito adotado para captar esse papel tradicional das pequenas localidades. Já o termo pequenas cidades pode ser utilizado com significado diferente e quem sabe abrangendo novas dinâmicas e significados” (ENDLICH, 2017, p. 50).

Importante deixar claro que não se pode cair no erro de realizar uma análise quantitativa, pois esta não nos possibilitaria entender a especificidade, a função da cidade analisada, lembrando que uma cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho demográfico e não existem cidades iguais (SANTOS, 1988). Assim, verificando as “pequenas cidades e cidades locais”, admite-se que, atualmente deve-se utilizar análises qualitativas e, estas duas terminologias não são iguais, elas são diferentes em relação a sua base teórica e metodológica e, precisam ser distinguidas (CASARIL, 2010; FRESCA, 2010). Desta forma, conforme Fresca (2001), para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana. Destacando que, entende-se a rede urbana como um “[...] conjunto de centros funcionalmente articulados” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Mesmo que o autor de um determinado trabalho aceite o uso de qualquer uma das duas terminologias, é imprescindível que ao iniciar uma dada pesquisa se apresente o entendimento da noção de “pequena cidade e/ou cidade local”, coisa que não se encontra na maioria dos trabalhos acadêmicos. E, é por esta e outras razões que Santos (2008) utiliza a denominação “cidades locais”, pois quando se faz referência a “pequenas cidades”, a noção de quantidade demográfica vem logo à mente e, refletir o urbano nesta perspectiva constitui-se em um desconhecimento das particularidades de cada cidade. Portanto, como mencionado a explicação do entendimento da noção do referido aglomerado urbano é imprescindível. “[...] Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa [...]”, pois, a abordagem do “[...] ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema” (SANTOS, 2008, p. 86).

Assim, quando se utiliza dados populacionais para assinalar uma cidade como sendo pequena, corre-se o risco de igualar cidades que em essência são diferentes. Ou seja, o emprego de dados demográficos implicará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, porém não levará em conta as especificidades de cada uma delas, bem como, não proporcionará o entendimento de seus papéis, suas áreas de influência, suas interações espaciais, entre outros qualificativos basilares para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Tais aspectos proporcionam um caminho para compreender a cidade pequena, estando sua apreciação direcionada a análise de sua inserção na rede urbana (CASARIL, 2010; FRESCA, 2010).

Todavia, inicia-se do ponto de vista de Santos (1982) quando nos relata que:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (Santos, 1982, p. 70-71).

Assim, é preciso encontrar o embasamento, ou seja, o limite mínimo de “[...] complexidade das atividades urbanas capazes de [...] garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (SANTOS, 1982, p. 70). Caso contrário, estar-se-ia trabalhando com pseudocidades.

O ponto de vista apresentado acima,

[...] permite entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade, e no caso, dos centros locais. Mas isto remete à complexidade das condições e elementos para considerar outras cidades como sendo pequenas. A partir do nível mínimo de atividades [...], há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (FRESCA, 2010, p. 4).

Portanto, reforçando o que já se mencionou, Fresca (2001) reforça a imprescindibilidade do fato de que para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana. Neste sentido,

As pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população. Mas deve-se considerar que estes têm outro caráter qualitativo comparativo à anteriores momentos históricos. Em outras palavras, os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangente em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana. Mudanças quantitativas e qualitativas vêm ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Esta última possibilidade de aquisição de bens, articulado à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário (FRESCA, 2010, p.6).

Para Santos (2004; 2008), as terminologias: cidade primacial, cidades médias e, cidades pequenas só podem ser aplicadas quando se considera um país como uma unidade isolada. Desta forma, tais terminologias perdem seu valor comparativo, e por isso, preferiu adotar as terminologias: metrópoles completas e incompletas, cidades regionais e cidade local, sendo estas muito mais qualitativas do que quantitativas. Estas terminologias não foram nomeadas pelo autor, ao acaso, pois na realidade, a concreticidade muda constantemente, o que faz com que ocorram transformações espaciais, econômicas, sociais e políticas evidenciadas nas cidades locais e tais denominações/terminologias são metáforas que são utilizadas, conforme Kosik (1976) para tentar romper com a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade, ou seja, para tentar explicar a realidade, a contemporaneidade, o atual sob constante transformações espaciais. Assim, as pequenas cidades passam por mudanças qualitativas e quantitativas, modificando seus aportes quanto às atividades comerciais e de serviços e, a esse fato somamos mudanças no consumo produtivo. Destacando que, estas questões, correspondem a uma das diversas maneiras em que o desenvolvimento regional se realiza. Quanto mais intensa a divisão social e territorial do trabalho numa área, “[...] mais cidades surgem e [...] mais diferentes são umas das outras”, além disso, sobrevêm maiores possibilidades de especializações produtivas. Aqui é importante destacar que, “[...] o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as” (SANTOS, 1993, p. 50-51). Assim,

[...] Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Elas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram ‘depósitos’ para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, [...] todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano [...] (SANTOS, 1993, p. 56).

Conforme Santos (1988, p. 53) o desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais. Ora,

[...] As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 56).

Corrêa (1999) nomeia tal aglomeração urbana, igualmente como pequenos centros ou pequenos núcleos (além de mencionar que estas situam-se na confluência do rural com o urbano), considerando nesse patamar aqueles com população inferior a 50.000 habitantes. Para o autor, a globalização da economia gera uma refuncionalização das pequenas cidades, que se realizam por meio de duas possibilidades: a primeira refere-se à “[...] perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo” (CORRÊA, 1999, p. 48). A segunda possibilidade confere “[...] uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. [...]” (CORRÊA, 1999, p. 50).

O importante é entender que as pequenas cidades são variadas e suas especificidades, funções, padrões espaciais são distintos. Todavia, entende-se que nos estudos do espaço urbano necessita-se desenvolver análises de forma a unir à história, a geografia, a economia na interpretação daquela realidade que está sendo investigada (isso porque a realidade é complexa e, para analisar uma realidade dada/específica, não se pode isolar cada uma dessas interfaces).

A globalização vem ampliando as transformações espaciais engendradas em todas as escalas urbanas da rede e se faz presente também, nas cidades que ocupam a base dessa rede.

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente sobre as formas, funções e agentes sociais alterando-os em maior ou menor grau e, no limite substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORRÊA, 1999, p. 44).

As pequenas ou grandes cidades, enquanto lugares, são singulares e cada cidade é diferente da outra, cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares (SANTOS, 1988). Assim, de acordo com Fresca (2009, p. 5) “[...] uma cidade com cerca de 10 mil habitantes na rede urbana de Manaus apresentar-se-á bastante distinta de uma similar em termos populacionais na rede urbana norte-paranaense, mesmo ambas sendo consideradas como pequena”.

Por este caminho é possível ter melhores condições de entender uma cidade com sendo pequena, evitando deste modo as armadilhas das classificações populacionais, das recentes discussões de que o Brasil não é tão urbano quanto se fala e de generalizar que as pequenas cidades são apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à população de uma restrita área de influência (FRESCA, 2009, p. 5).

Nesta mesma linha de pensamento, Endlich (2017, p. 37) apresenta um questionamento: “quando nos referimos a uma cidade como pequena estamos nos referindo a sua população, ao seu território ou a seus aspectos funcionais e seus papéis na rede urbana?”. Pergunta que a própria autora nos responde da seguinte forma:

[...] Em geral, é o aspecto demográfico que está por trás do nosso referencial mais corriqueiro de comparação. Portanto, é preciso esclarecer que se trata do demograficamente pequeno. Igualmente, quando nos referimos a municípios pequenos é preciso especificar, pois muitas vezes do ponto de vista territorial são municípios extensos e apenas demograficamente pequenos (ENDLICH, 2017, p. 37-38).

Portanto, a autora supracitada nos faz refletir sobre seu questionamento e seu esclarecimento, pois o mesmo segue a linha de raciocínio até aqui apresentada e deve ser levado em consideração quando o assunto é o desenvolvimento de pesquisas com essa temática.

Ainda, debatendo sobre o demograficamente pequeno Endlich (2021, p. 116) comenta que “as pequenas cidades/localidades periféricas são as que possuem maior dificuldade em manter a sua população [...]”.

Portanto, fica claro que estas pequenas cidades/localidades possuem inúmeras dificuldades, sobretudo econômicas, sociais e demográficas. E, visando apresentar as terminologias pautadas por este artigo, nos falta destacar o conceito de “Espaço Mikripolitano”, mesmo que de forma breve, já que esse é um conceito formulado durante as etapas de discussão e elaboração da Mikripoli¹ - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, formado e cadastrado no Cnpq, em 2021, tendo como líderes o Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva e a Profa. Dra. Ângela Maria Endlich. Esse conceito de “Espaço Mikripolitano” nasce a partir do objetivo de considerar a diversificação e diversidade do processo de urbanização gestado no espaço urbano brasileiro, para além das abordagens que privilegiam exclusivamente as cidades de maior porte da rede urbana. A busca pelo entendimento holístico das pequenas cidades em seu contexto territorial é fundamental. Portanto, é imprescindível um conhecimento que abarque estas localidades na confluência do campo, na escala local, regional e da inserção na rede urbana, buscando concretizar e ampliar a visibilidade destes espaços geograficamente periféricos. Vale salientar que, o destaque maior vai para aquelas cidades locais e pequenas cidades que não integram regiões metropolitanas.

Assim, os espaços mikripolitanos, caracterizam-se como contraponto não só aos espaços metropolitanos, mas aos espaços que se posicionam em escalas mais amplas da rede urbana e que são os espaços mais estudados, com maior visibilidade, com maiores recursos para o planejamento e gestão urbanos etc. Com os espaços mikripolitanos busca-se considerar a diversidade da rica urbanização brasileira².

A partir do próximo subitem deste artigo, buscar-se-á discutir uma proposta de estudo sobre a rede e região geográfica intermediária e suas cidades locais e pequenas cidades. Neste caso, apresenta-se como exemplo a rede e região geográfica intermediária de Cascavel, Paraná.

UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE AS CIDADES LOCAIS E PEQUENAS CIDADES DA REDE E REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CASCAVEL, PARANÁ

Para apresentar uma proposta de estudo, como a que se propõem, precisa-se levar em conta que, em nível regional e de rede apresentar-se-á uma grande variação quanto à condição de cada cidade intrarregional. Para tanto, considera-se como recorte espacial, a Rede e Região Geográfica Intermediária de Cascavel, composta por oito Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017).

Essa divisão é recente, resultado de uma revisão do IBGE em 2017 que substituiu as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989), por Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. A mudança reflete a crescente diferenciação interna do território brasileiro devido a mudanças econômicas, demográficas, políticas e ambientais nas últimas três décadas.

As Regiões Geográficas Imediatas (RGim.) são baseadas na rede urbana, atendendo necessidades imediatas da população, como compras e trabalho (IBGE, 2017). As Regiões Geográficas Intermediárias (RGinter.), por sua vez, ficam entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas, geralmente incluindo Metrôpoles ou Capitais Regionais (IBGE, 2017).

Os conceitos de território-rede e território-zona (HAESBAERT, 2004) guiaram a escolha metodológica dos recortes regionais. Fundamentado pela rede urbana, o modelo buscou coerência interna e estabilidade, embora o IBGE destaque a necessidade de revisões constantes para acompanhar mudanças no território nacional (IBGE, 2017).

Cascavel (PR) foi classificada como Capital Regional de nível B no último REGIC – Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020), polarizando municípios das mesorregiões Oeste, Sudoeste e Centro Sul paranaenses. A área de influência de Cascavel ultrapassa a delimitação da mesorregião Oeste, tornando mais adequada a divisão regional proposta pelo IBGE em regiões imediatas e intermediárias, conforme a dinâmica da rede urbana.

Em nosso país como um todo, o IBGE com essa divisão regional estabeleceu 510 RGim. agrupadas em 133 RGinter. No Paraná estabeleceu-se seis RGinter. compostas por 29 RGim.

Como recorte espacial, para a proposta de estudo, já mencionado acima, versa sobre a Rede e RGinter. de Cascavel, composta por oito RGim. (ver Figura 1): Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, Dois Vizinhos e Marechal Cândido Rondon. No total essa RGinter. de Cascavel, agrupa 100 municípios (IBGE, 2017).

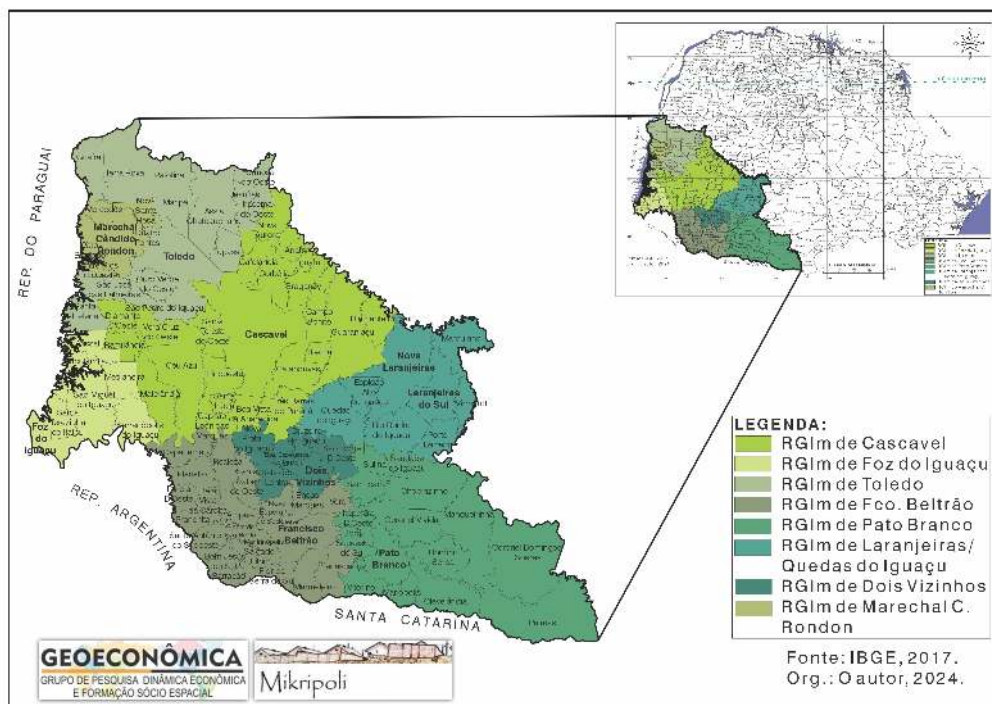


Figura 1 - RGIntermediária de Cascavel e as RGImediatas que a compõem. Fonte: IBGE, 2017.

Os 100 municípios da RGinter. de Cascavel compõem oito RGim. que, na Tabela 1, são apresentados, ponderando a quantidade de municípios, agrupados por porte demográfico.

RGIm. /Porte municípios	Até 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	+ de 100	Total
RGIm. de Cascavel	6	6	10	0	0	1	23
RGIm. de Foz do Iguaçu	0	1	2	2	1	1	7
RGIm. de Toledo	2	5	2	4	0	1	14
RGIm. de Francisco Beltrão	6	7	7	0	1	0	21
RGIm. de Pato Branco	2	5	4	3	1	0	15
RGIm. de Laranjeiras do Sul/ Quedas do Iguaçu	3	1	2	2	0	0	8
RGIm. de Dois Vizinhos	2	1	2	1	0	0	6
RGIm. de Marechal Cândido Rondon	2	3	0	0	1	0	6
Total RGInter de Cascavel	23	29	29	12	4	3	100

Tabela 1 - RGinter. de Cascavel e as RGim. que a compõem com total de municípios por porte demográfico, 2022 (mil habitantes). Fonte: IBGE, 2022. Org.: O autor, 2024.

As informações apresentadas na tabela 1 mostram a distribuição dos 100 municípios que compõem a RGinter. de Cascavel, por porte demográfico e a figura 1 apresenta a espacialização da RGinter de Cascavel e das RGim. que a compõe.

Os dados mostram uma região formada basicamente por cidades locais e pequenas cidades, com apenas quatro municípios acima de 50 mil habitantes e três acima de 100 mil habitantes. Portanto, a realidade da rede urbana regional é composta densamente pela presença de espaços mikropolitanos, ou seja, por cidades da base (menor porte/nível inferior) da rede urbana nacional.

Como já se mencionou, a realidade/a totalidade, está em mudança constante e, buscando uma análise mais efetiva, apresenta-se aqui uma proposta de estudo sobre as cidades locais e pequenas cidades inseridas na rede e região geográfica intermediária de Cascavel, sendo que, para tanto é essencial usar a formação socioespacial como categoria de análise, que abrange a evolução, a situação atual, a mudança histórica e as relações de uma sociedade, considerando sua realidade histórica e localização geográfica. A base mesma da explicação é a produção, ou seja, o trabalho, onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p. 12).

A rede urbana constitui-se em um “[...] conjunto de centros funcionalmente articulados” (CORRÊA, 1989, p. 8), refletindo e condicionando as transformações econômico-sociais da sociedade. Deve-se entender que a gênese e a dinâmica de uma dada rede urbana estão inseridas no processo histórico, conferindo a esta uma natureza eminentemente social. Dessa forma, a rede urbana é “[...] um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução” (CORRÊA, 1997, p. 93).

A rede urbana, como dimensão socioespacial, reflete os processos de criação, apropriação e circulação do valor excedente, influenciados pela divisão territorial do trabalho. É essencial considerar seu caráter dinâmico e mutável, uma vez que se altera conforme as transformações sociais (SANTOS, 1989). A rede urbana se relaciona com outras espacialidades através da circulação de mercadorias, pessoas, ideias e informações, formando um conjunto articulado de fixos e fluxos que expressam a realidade geográfica e as relações de produção.

Para estudar uma rede urbana ou região, como a região geográfica intermediária de Cascavel, é necessário entender sua gênese, as condições de criação e circulação do valor excedente, e a origem das cidades, compreendendo sua fundação e funcionalidade. Todavia, é importante compreender a dinâmica social e a tradução dessa dinâmica na rede regional, considerando as mudanças internas e externas, os agentes envolvidos, a articulação regional e as transformações espaciais (CORRÊA, 2006). Como e porquê ocorreu o destaque de algumas cidades; as mudanças no pós décadas de 1980, 1990 e, quais destas transformações foram mais visíveis e nos permitem um entender mais nítido do que mudou, isso sem ficar na aparência, sempre buscando atingir a essência.

É crucial analisar a rede urbana regional atual, considerando o processo de criação e circulação do excedente, os agentes sociais, o papel da elite local, a forma espacial da rede, a drenagem urbana da renda fundiária, a comercialização agrícola, os investimentos e a criação de trabalho, e as relações industriais (CORRÊA, 2006).

A pandemia da Covid-19 acelerou mudanças na sociedade, especialmente em transformação digital, internet das coisas, inteligência artificial e plataformação do trabalho, alterando a rede regional e suas características teóricas. Atualmente, muitos serviços são acessíveis via internet, porém, aqueles mais sofisticados como, por exemplo, os tratamentos médicos especializados, entre outros, ainda requerem deslocamentos. Além disso, a educação superior pode ser realizada em pequenas localidades por meio de educação a distância, mas para cursos de maior qualidade, é necessário deslocar-se para centros urbanos com maior hierarquia, que oferecem graduações, mestrados, doutorados e pós-doutorados, em geral, presenciais.

O trabalho de campo do geógrafo é essencial para esta proposta de estudo, mas alguns dados devem ser analisados previamente. Informações básicas sobre a região e as cidades, obtidas de fontes secundárias como levantamentos e estudos bibliográficos nacionais e paranaenses, são importantes para o conhecimento inicial antes das atividades de campo. Inclusas nestas fontes estão as bases de dados

obtidas tanto em órgãos nacionais como estaduais e municipais. Dentre estas informações, estão os dados sobre a dinâmica demográfica através dos censos e contagem populacional do IBGE; os trabalhos dos REGICs – Regiões de Influência das Cidades editados pelo IBGE nos anos de 1972, 1987, 2000, 2008 e 2018, os quais apresentam as mudanças que estão ocorrendo na rede urbana regional; artigos, dissertações, teses e livros que relatam a história, a economia e a geografia da região e das cidades. As buscas de dados em órgãos do poder público são importantes, como exemplo estão o IPEA – Instituto de Economia Aplicada, o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, os mais diversos Ministérios Federais, como exemplo o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego que edita publicações sobre a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Neste sentido, apresenta-se como exemplo, o quadro 01 e quadro 02 realizados a partir dos dados da RAIS dos anos de 1990, 2000, 2010, 2020 e 2022, com a evolução do número de estabelecimentos e número de empregos industriais, comerciais e de serviços para o total da RGinter. de Cascavel, apresentadas agrupadas por totais das RGim. que a compõem, estes são dados essenciais para a realização de uma pesquisa sobre qualquer rede regional geográfica.

	1990			2000			2010			2020			2022		
	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.
RGim Cascavel	690	1541	1383	1323	2961	2313	2229	5480	3965	2999	5941	5599	3556	6726	6404
RGim Foz do Iguaçu	494	1582	1268	805	2626	2186	1252	4112	3306	1690	4360	4324	1915	4851	4921
RGim Toledo	453	994	841	912	1898	1410	1588	3422	2308	2126	3782	3307	2318	4200	3689
RGim Francisco Beltrão	387	775	558	661	1460	985	1253	3194	1948	1622	3564	2995	1877	3733	3301
RGim Pato Branco	502	905	712	800	1424	1224	1125	2863	2044	1532	2787	2829	1769	3303	3331
RGim Laranjeiras do Sul	118	188	137	182	419	265	272	813	457	295	846	598	347	902	702
Quedas do Iguaçu															
RGim Dois Vizinhos	95	216	153	188	428	312	372	886	542	564	1007	823	621	1110	938
RGim Marechal Cândido	152	291	245	341	617	462	514	1070	731	571	1085	918	669	1161	966
Total RGinter Cascavel	2891	6492	5297	5212	11833	9157	8605	21840	15301	11399	23372	21393	13072	25986	24252

Tabela 2 - Evolução do número de Estabelecimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o total da RGinter. de Cascavel, agrupadas por totais das RGim. que a compõem. FONTE: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do MTE, 1990, 2000, 2010, 2020 e 2022. Org.: O autor, 2024.

	1990			2000			2010			2020			2022		
	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.	Indus.	Comer.	Serv.
RGim Cascavel	8712	10299	19148	13024	14638	30427	40721	30609	46466	51085	37197	60609	56479	41580	71886
RGim Foz do Iguaçu	7401	9636	18003	8449	12421	21892	15007	20531	38361	19611	24758	47454	21795	28119	55042
RGim Toledo	7313	5822	12889	12318	7591	14667	28362	16328	23365	35439	21236	34428	38423	23139	43413
RGim Francisco Beltrão	5238	3873	6470	8407	4749	9868	18843	12692	16575	19980	16699	21387	22594	17981	27437
RGim Pato Branco	5662	4639	8593	8257	5711	10082	17194	13906	17521	23695	16694	24521	26174	18479	28056
RGim Laranjeiras do Sul	2205	944	2277	2631	1322	2960	3325	3502	4747	4049	4076	5841	4148	4573	6921
Quedas do Iguaçu															
RGim Dois Vizinhos	2514	1013	1945	3156	1305	2211	6928	3303	5242	8319	4301	7710	8510	4891	9022
RGim Marechal Cândido	1020	1389	2981	2556	2445	3712	7377	4983	5926	6635	6003	7699	9918	6291	8583
Total RGinter Cascavel	40065	37615	72306	58798	50182	95819	137757	105854	158203	168813	130964	209649	188041	145053	250360

Tabela 3 - Evolução do número de Empregos Industriais, Comerciais e de Serviços para o total da RGinter. de Cascavel, agrupadas por totais das RGim. que a compõem. FONTE: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do MTE, 1990, 2000, 2010, 2020 e 2022. Org.: O autor, 2024.

A análise permite entender a evolução dos estabelecimentos e vínculos empregatícios nos setores industriais, comerciais e de serviços nas RGim. polarizadas pela RGinter. de Cascavel. Esses dados, são essenciais para avaliar a dinâmica econômica, e devem ser representados em cartograma geoeconômico para uma leitura visual eficaz. As informações das tabelas 2 e 3, nos permitem verificar que de 1990 a 2022, ou seja, em 32 anos a evolução total dos estabelecimentos industriais, foi de 10.181 estabelecimentos e 147.976 empregos; a evolução do comércio, foi de 19.494 estabelecimentos e 107.438 empregos e a evolução dos serviços, foi de 18.955 estabelecimentos e 178.054 empregos, portanto, um avanço muito importante quando se busca estudar a dinâmica econômica de uma determinada rede ou região.

Além disso, é crucial detalhar os dados demográficos de cada município, especialmente ao analisar pequenas cidades e localidades em uma região. Uma análise demográfica essencial é o delineamento da população total dos municípios conforme a evolução mostrada pelos Censos

Demográficos, possibilitando identificar tendências de declínio ou crescimento demográfico, o que é fundamental para o entendimento dos pesquisadores e leitores.

Por exemplo, a tabela 4 mostra a quantidade de municípios que apresentaram declínio demográfico entre Censos. O que permite verificar que municípios que tiveram perda populacional foi de 51 entre os Censos 2000/2010 e de 25 entre os Censos de 2010/2022, ou seja, para essa região geográfica analisada, pode-se afirmar que a perda demográfica não é uma tendência, ou não foi uma tendência na última década quando comparada a década anterior.

Região Imediata	Nº de Munic.	Munic. c/perda de pop. total, Censos 2000/2010	Munic. c/perda de pop. total, Censos 2010/2022
RGIm. de Cascavel	23	14	10
RGIm. de Foz do Iguaçu	7	2	0
RGIm. de Toledo	14	8	1
RGIm. de Francisco Beltrão	21	12	7
RGIm. de Pato Branco	15	8	2
RGIm. de Laranjeiras do Sul/ Quedas do Iguaçu	8	4	3
RGIm. de Dois Vizinhos	6	4	2
RGIm. de Marechal Cândido Rondon	6	0	0
Total RGInter de Cascavel	100	51	25

Tabela 4 – RGinter. de Cascavel: número de municípios com perda de população total, por região imediata, entre Censos 2000/2010 e 2010/2022Fonte: IBGE, 2000, 2010 e 2022.

Após obter um conhecimento básico sobre a região geográfica e suas cidades/municípios, passe-se para a realização de trabalhos de campo, visando a obtenção de informações primárias. Isso inclui visitas técnicas a empresas e obtenção de dados em prefeituras municipais, envolvendo órgãos públicos, instituições, associações de classes e empresas privadas com atuação local e regional. Fontes como entrevistas semiestruturadas com dirigentes, trabalhadores, empresários, membros do poder público etc.

Na sequência, a análise deve-se concentrar em entender e identificar quais são as pequenas cidades a partir da inserção na rede. O recorte espacial é sempre a rede regional, é ela que vai permitir entender a inserção das pequenas cidades, considerando as mudanças sociais, culturais e produtivas que influenciam as cidades. As interações espaciais permitem mapear as áreas de influência destas pequenas cidades.

A cidade local é a dimensão mínima de uma verdadeira cidade, atendendo não apenas atividades primárias, mas também necessidades urbanas essenciais. Santos (1982) define a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas de toda uma população, implicando uma vida de relações.

É necessário encontrar o limite mínimo de complexidade das atividades urbanas que garantam crescimento autossustentado e domínio territorial; caso contrário, estar-se-ia lidando com pseudocidades (SANTOS, 1982). Mesmo cidades com atividades urbanas acima do nível mínimo não são necessariamente cidades intermediárias ou metrópoles, são consideradas pequenas (FRESCA, 2010). O termo "pequena cidade" refere-se a cidades com complexidades urbanas e econômicas acima do mínimo (ou seja, não são mais cidades locais), mas que ainda não atingiram o nível de cidades intermediárias.

CONCLUSÕES

Este trabalho verificou as terminologias utilizadas em pesquisas acadêmicas na ciência geográfica “pequenas cidades”, “cidades locais”, “pequenas localidades” e “espaço mikripolitano”, definindo

parâmetros para cada um. Utilizou-se de pesquisas de autores renomados da Geografia Urbana brasileira para construir a análise. Isso se justifica pela falta de pesquisas específicas sobre esses espaços comparado a outras áreas da Geografia, e porque pequenos municípios, são tão interessantes quanto grandes cidades, além disso, estudos de pequena escala revelam maior complexidade.

A partir das leituras e análises realizadas, ficou evidente que as distinções entre "pequena cidade" e "cidade local" se baseiam em diferentes enfoques: a primeira é frequentemente associada ao tamanho demográfico e territorial, adotando um viés quantitativo, enquanto a segunda se refere aos papéis, funções e alcances espaciais das cidades na rede urbana, adotando um viés qualitativo. Essas distinções são fundamentais para a compreensão das dinâmicas urbanas e para o desenvolvimento de políticas e estratégias adequadas para cada tipo de cidade. Reconhecer essas diferenças permite um olhar mais preciso sobre as necessidades e potencialidades das cidades, contribuindo para um planejamento urbano-regional mais eficaz.

A análise das terminologias utilizadas na literatura acadêmica revelou que "pequenas localidades" frequentemente são tratadas como sinônimo de "cidades locais", conforme trabalhos de Endlich (2021, 2017, 2006). Endlich (2017) sugere que "cidades locais" descreva o papel tradicional das pequenas localidades, enquanto "pequenas cidades" poderia abranger novas dinâmicas e significados. Esta distinção terminológica é crucial para enriquecer o entendimento das funções e características desses espaços, possibilitando uma abordagem mais detalhada e contextualizada na geografia urbana.

É fundamental evitar análises puramente quantitativas ao estudar cidades, pois estas não capturam a especificidade e função de cada cidade, que são únicas independentemente do tamanho demográfico (SANTOS, 1988). A análise de "pequenas cidades" e "cidades locais" deve ser qualitativa, reconhecendo que essas terminologias possuem bases teóricas e metodológicas distintas e, portanto, precisam ser diferenciadas (CASARIL, 2010; FRESCA, 2010). Para caracterizar uma cidade como pequena, é essencial compreender sua inserção na rede urbana, definida como um conjunto de centros funcionalmente articulados (CORRÊA, 1989). A abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas e das interações entre diferentes centros urbanos, proporcionando uma base mais sólida para o planejamento e desenvolvimento urbano.

A cidade local é definida como a menor aglomeração capaz de atender às necessidades vitais mínimas da população, implicando uma vida de relações e especialização do espaço (SANTOS, 1982). Para distinguir uma verdadeira cidade de uma pseudocidade, é crucial identificar o limite mínimo de complexidade das atividades urbanas que garantam crescimento autossustentado e domínio territorial. Este conceito permite entender a dimensão mínima necessária para classificar uma aglomeração como uma verdadeira cidade, especialmente no contexto de centros locais. Apesar de algumas cidades possuírem atividades urbanas complexas acima do nível mínimo, isso não as eleva a cidades intermediárias ou metrópoles; elas permanecem pequenas. Assim, a expressão "pequena cidade" é usada para aquelas que não são centros locais (FRESCA, 2010). Essas considerações destacam a importância de análises qualitativas para entender as funções e complexidades das cidades, ajudando a formular políticas e estratégias adequadas para diferentes tipos de aglomerações urbanas. Nesse sentido, von Dentz e Lemos (2023) resgatam a importância das pequenas cidades para os estudos regionais de geografia urbana, sobretudo em regiões interioranas, como é o caso de Cascavel-PR. Os autores supracitados, demonstram com mapas e dados qualitativos que apesar da tendência de concentração do capital e da população em poucas cidades, as cidades pequenas continuam importantes do ponto de vista econômico e social, e também político e cultural, sobretudo em regiões interioranas.

As pequenas cidades evoluem em seus papéis de fornecedoras de bens e serviços essenciais, adaptando-se às mudanças históricas e às demandas contemporâneas do sistema de consumo urbano. Essa adaptação inclui não apenas estabelecimentos físicos, mas também o comércio online, refletindo uma ampliação qualitativa nos serviços oferecidos, influenciando análises econômicas e políticas que precisam se ajustar às novas dinâmicas de mercado e às necessidades dos consumidores.

O conceito de "Espaço Mikripolitano", conforme delineado no contexto da Rede Mikripoli, é fundamental para ampliar o entendimento das dinâmicas urbanísticas brasileiras além das grandes metrópoles. Este enfoque reconhece a diversidade e a relevância das pequenas cidades, frequentemente negligenciadas, ao destacar suas especificidades geográficas e sociais. Ao contrário dos centros metropolitanos tradicionais, as pequenas cidades apresentam características únicas que requerem

políticas públicas e estratégias de desenvolvimento adaptadas.

Essa abordagem não apenas enriquece os estudos urbanos ao diversificar as perspectivas de análise, mas também sugere caminhos para um planejamento urbano mais justo e sustentável, melhor adaptado às realidades locais. Ao considerar os espaços mikropolitano como componentes essenciais da rede urbana brasileira, abre-se espaço para uma compreensão mais inclusiva da urbanização, promovendo uma visão mais equitativa e abrangente do desenvolvimento regional.

Apresentou-se ainda, como um objetivo secundário, uma proposta de análise sobre rede e região geográfica intermediária e a inserção de suas cidades locais e/ou pequenas e pequenas localidades. Como forma de exemplificar, aos leitores o uso das terminologias, a proposta foi elaborada para o caso da região geográfica intermediária de Cascavel no Paraná.

As RGinter. e RGim., são regionalizações recentes, desenvolvidas por técnicos do IBGE e possuem base na dinâmica da Rede Urbana, estruturada a partir do REGIC. Por isso, o uso desta regionalização como exemplo para uma proposta de análise. Entretanto, destaca-se para o leitor que um artigo em construção será lançado justamente para analisar a rede urbana de Cascavel, PR, a partir da matriz teórico-metodológica aqui apresentada.

O texto ressalta a importância contínua das pequenas cidades dentro da economia urbana moderna, enfatizando sua adaptação contínua como elementos vitais na rede econômica mais ampla. Isso sublinha a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas dinâmicas em evolução, promovendo o desenvolvimento sustentável e equitativo desses centros urbanos menores.

NOTAS

1 – Mikriполи - do grego mikri (pequena) e poli (cidade).

2 - Para aqueles que desejam ampliar conhecimentos nesta temática, sugere-se a leitura dos anais dos últimos SINAPEQ – Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades. Em 2024 realizou-se o VII SINAPEQ na UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba – São José dos Campos, São Paulo, Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília, DF, 1990, 2000, 2010 e 2022. Available at: . Accessed on May 20, 2024.

CASARIL, Carlos C. “pequenas cidades” ou “cidades locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: Anais... XVI ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, p.1-13, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Explorações geográficas: percursos no fim do século. RJ: Bertrand Brasil, 1997 a. p. 279-318.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

_____. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – Unesp Presidente Prudente, 2006. 505 p.

_____. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M.C.; COSTA, Estudos Urbanos. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017, p.33-53.

_____. A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa). In: MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral (Org.). A geografia das pequenas

cidades: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. p.98-125.

FRESCA, Tania Maria. A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1990.

_____. Transformações da rede urbana do Norte do Paraná: estudo comparativo de três centros. 2000. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. Geografia, v. 10, n.1, p.27-34, jan./jun. 2001.

_____. Pequenas cidades de rede urbana norte-paranaense e especialização em produção industrial: Re-inserções complexas. Anais... EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

_____. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. Mercator. Número especial, p.75-81, 2010.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

IBGE. Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Censo Demográfico, 2022. Rio de Janeiro, 2023. Preliminar. Available at: . Accessed on May 17, 2024.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017. Rio de Janeiro, IBGE, 2017, 83 p. Available at: . Accessed on: February 18, 2024.

IBGE. Regiões de influência das cidades - 2018; Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

KOSIK, Karel. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MONBEIG, Pierre. Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo: Difel, 1957.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Espaço e método. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b [2005].

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

VON DENTZ, Eduardo; LEMOS, João H. Z. Dinâmica geoeconômica e a rede de pequenas cidades no Oeste catarinense. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 28, n.1, dez. 2023. Available at: . Accessed on: January 10, 2024.

Afiliação dos Autores

Casari, C.C. - Professor na Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí Campus (PR), Brazil.

Contribuição dos Autores

Casaril, C.C. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação.

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira
Alexandre Queiroz Pereira